



**Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa**  
**5ª Unidade Orgânica**

**Proc. n.º 2395/11.1BELSB**

**Intimações para prestação de informações, consulta de documentos ou passagem de certidões**

**Conc. 06.10.2011**

\*

**SENTENÇA**

**I. BIZFIRST BUSINESS FIRST CONSULTING – Consultadoria Sistemas Informação**, m. id. a fls. 3<sup>1</sup>, veio requerer a intimação do **Conselho da Autoridade da Concorrência**, a facultar a consulta do processo contra-ordenacional n.º PRC/2003/7, conforme havia solicitado por requerimento datado de 12.08.2011 (cfr. documentos n.º 1 a 3 juntos com o requerimento inicial).

Os presentes autos deram entrada em tribunal a 05.09.2011 (cfr. carimbo apostado a fls. 3).

A Entidade Requerida foi citada a 11 de Setembro último (cfr. documentos fls. 22 e 24).

E, em sede de resposta, veio esta entidade invocar a inutilidade superveniente da lide, porquanto *«respondeu favoravelmente ao pedido de acesso aos autos do Proc. PRC/2003/7, comunicando à Requerente a disponibilidade dos mesmos para afeitos de consulta por Ofício com a referência S-DPR/2011/1317, de 14 de Setembro (cfr. documentos 1 e 2 juntos com o referido articulado e que aqui se consideram integralmente reproduzido).*

Por despacho de fls. 36, foi ordenada a notificação da Requerente para dizer se considerava satisfeita a sua pretensão, com a advertência de que se nada dissesse seria declarada a extinção da instância por inutilidade.

---

<sup>1</sup> Esta e todas as indicações de fls. referem-se ao autos em suporte de papel



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa  
5ª Unidade Orgânica

Por requerimento de fls. 39-40, veio este dizer que a sua pretensão foi satisfeita na pendência dos autos, tendo procedido à pretendida consulta do Proc. PRC/2003/7 no pretérito dia 26 de Setembro (cfr. ponto 1. do citado requerimento).

Cumprе decidir.

II. Consideram-se provados todos os factos constantes do § I.

\*

A intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões, prevista nos art. s 104º e ss. do CPTA, destina-se a tutelar:

- (i) O direito à informação procedimental<sup>2</sup> (arts. 268.º, n.º1 da CRP e 61.º a 64.º, todos do Código do Procedimento Administrativo (doravante CPA), sendo pacífico o entendimento de que se trata de um direito que, apesar de não encontrar assento sistemático no Título II, da Parte I, da Constituição de 1976, respeitante a direitos, liberdades e garantias, goza do respectivo regime de tutela reforçada por se tratar de um direito fundamental de natureza análoga (art. 17º CRP) – v. por todos, J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira *in* Constituição da República Portuguesa Anotada, 3.ª ed. 1993, p. 934 e Ac. TC. N.º 527/96, in D.R. I-A, de 14.05.1996); e
- (ii) O direito à informação extra-procedimental, decorrente do princípio da «administração aberta» ou «arquivo aberto» (arts. 65.º do CPA, 268.º n.º2 da CRP e Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (doravante LADA), com a nova versão aprovada pela Lei 46/2007, de 24.08).

---

<sup>2</sup> Direito de todos os cidadãos a serem informados pela Administração sobre o andamento dos processos em que sejam directamente interessados e a conhecer as resoluções definitivas que sobre eles foram tomadas



## Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa 5ª Unidade Orgânica

Ambos os regimes incluem, aliás, uma remissão mútua, o art. 65º do CPA – para a LADA e o art. 2º/4 da LADA 2007.

Pode ainda ser usada como meio acessório, tendo em vista a obtenção de elementos indispensáveis à instrução de pretensões judiciais ou outras que o interessado pretenda deduzir – art. 104º/2, 60º/2 e 106º, todos do CPTA.

São seus pressupostos:

- (i) Demonstração do interesse – directo ou legítimo;
- (ii) *Régle do préalable* ou da exigência de um pedido anterior do interessado

Dispõe o art. 104.º do CPTA que «Quando não seja dada integral satisfação aos pedidos formulados no exercício do direito à informação procedimental ou do direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, o interessado pode requerer a intimação da entidade administrativa competente, nos termos e com os efeitos previstos na presente secção».

No caso em apreço, mostrando-se satisfeita a pretensão da Requerente na pendência dos autos, resulta esgotado o objecto possível dos mesmos, devendo a presente instância ser declarada extinta por inutilidade superveniente da lide, nos termos do art. 287º do CPC.

III. Pelo exposto, ao abrigo da al. e) do art. 287.º do CPC, *ex vi* art. 1.º do CPTA, declara-se extinta a instância por inutilidade superveniente da lide.

Custas pela Entidade Requerida, fixando-se as mesmas em 0,5UC (cfr. art. 450.º, n.º 3 e 4 do CPC e art. 12.º, n.º 1, alínea b) do RCP e ponto 1.1 da Tabela 1.B anexa), mais se fixando o valor da causa em 30.000,01€ (art. 34., n.º 2, do CPTA).

\*



Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa  
5ª Unidade Orgânica

Registe. Notifique.

Lisboa, d.s.

*Dora Lucas Neto*  
Dora Lucas Neto